



Ministério da Saúde
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

OFÍCIO Nº 681/2026/ASPAR/MS

Brasília, 17 de julho de 2026.

A Sua Excelência a Senhora

Senadora Daniella Ribeiro

Primeira-Secretária da Mesa Diretora do Senado Federal

Referência: Requerimento de Informação nº 527/2025

Assunto: Informações sobre os testes para o rastreamento de doenças em recém-nascidos, conforme previsto no Art. 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Senhora Primeira-Secretária,

1. Cumprimentando-a cordialmente, em atenção ao Ofício nº 647/2026, proveniente da Primeira Secretaria do Senado Federal, referente ao **Requerimento de Informação nº 527/2025**, de autoria da **Senadora Mara Gabrilli - PSD/SP**, por meio do qual são requisitadas informações sobre os testes para o rastreamento de doenças em recém-nascidos, conforme previsto no Art. 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sirvo-me do presente para encaminhar as informações prestadas pelas áreas técnicas da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, por meio da Nota Técnica 85 (0056733526) e validado pelo Secretário através do Despacho (0056740608).
2. Desse modo, no âmbito do Ministério da Saúde, essas foram as informações exaradas pelo corpo técnico sobre o assunto.
3. Sem mais para o momento, este Ministério permanece à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

Ministro de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde**, em 17/07/2026, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0056812418** e o código CRC **31F35B0C**.

Referência: Processo nº 25000.091000/2026-89

SEI nº 0056812418

Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Departamento de Atenção Especializada e Temática
Coordenação-Geral de Doenças Raras

NOTA TÉCNICA Nº 85/2026-CGRAR/DAET/SAES/MS

ASSUNTO

1. Trata-se do Requerimento de Informação nº 527/2026 (0056115398), de autoria da Senadora Sra. Mara Gabrilli, que requer informações ao Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre os testes para o rastreamento de doenças em recém-nascidos, conforme previsto no Art. 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com os seguintes questionamentos:
1. Qual o estágio atual da implementação das etapas previstas no § 1º do art. 10 do ECA, que escalonam a oferta de testes para o rastreamento de doenças em recém-nascidos no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal?
 - 1.1. Quais são os testes oferecidos atualmente?
 - 1.2. Qual é o cronograma oficial de implantação das etapas que ainda não foram cumpridas?
 - 1.3. Que critérios estão sendo utilizados pelo Ministério da Saúde para definir a ordem de progressão das etapas e os respectivos prazos de implementação?
 - 1.4. Como está ocorrendo o processo de incorporação desses testes nas diferentes regiões do País? Existem desigualdades na oferta?
 2. Ainda quanto ao Art. 10 do ECA, o seu parágrafo 2º determina a revisão periódica da lista de doenças rastreadas pelo teste do pezinho.
 - 2.1. Essa periodicidade já foi normatizada em regulamento?
 - 2.2. Em caso afirmativo, qual é o intervalo previsto?
 - 2.3. Há alguma revisão em curso, especialmente para as doenças que já contam com protocolo de tratamento aprovado e com tratamento incorporado no Sistema Único de Saúde?
 3. Há previsão de ampliação do rol de doenças a serem rastreadas, além daquelas já estabelecidas pelo ECA? Em caso afirmativo, quais doenças estão sendo consideradas e em que fase se encontra a análise?
 4. Que medidas de comunicação e orientação foram adotadas, tanto na atenção pré-natal quanto no puerpério imediato, para cumprir o disposto no ECA, que determina que a gestante e seus acompanhantes sejam informados sobre a importância do teste do pezinho e sobre as eventuais diferenças existentes entre as modalidades oferecidas no Sistema Único de Saúde e na rede privada?
 5. Que estratégia o Ministério da Saúde adotará para ampliar e uniformizar, simultaneamente, a triagem neonatal em todas as regiões do país?
 6. Na 2ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), realizada em 29 de fevereiro de 2024, qual foi o resultado da pactuação para os entes federados? Que papel coube a cada um?

ANÁLISE

2. A Coordenação-Geral de Doenças Raras (CGRAR/DAET/SAES/MS), gestora

do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), ressalta que a execução do PNTN é realizada de forma tripartite e cada ente federado tem suas competências definidas em sua normativa vigente, assim como a regulamentação necessária para a implantação da Lei nº 14.154/2021, que está publicada na Portaria GM/MS nº 7.293/2025, arts. 143 a 145-B. Assim, informa-se:

3. Em relação ao item 1.1, o escopo de doenças atual do PNTN, é o previsto na etapa I da Lei nº 14.154/2021, sendo: fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, doença falciforme e outras hemoglobinopatias, fibrose cística, hiperplasia adrenal congênita, deficiência de biotinidase e toxoplasmose congênita.

4. Em relação ao item 1.2, está pactuado um planejamento estratégico para a implementação integral das etapas dispostas na Lei nº 14.154/2021, conforme segue:

- Ações previstas para 2025: Iniciar as análises que envolvem a ampliação do programa com a CONITEC; levantamento da capacidade técnica e de necessidades dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal frente a ampliação do escopo do programa.
- Ações previstas para 2026: Contratar os Correios para realização da logística do PNTN, em nível nacional; publicar a Portaria de Incentivo Financeiro aos Serviços de Referência em Triagem Neonatal (SRTN); aprovar o modelo de centralização laboratorial as unidades da federação, conforme previsto na Portaria GM/MS nº 7.293/2025 (art. 147), e, iniciar essa implantação; publicar as atualizações de manuais da triagem neonatal.
- Ações previstas para 2027: Integrar novas tecnologias ao PNTN; incorporar Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas para atender ao escopo de doenças proposto na Lei nº 14.154/2021; capacitar as equipes de triagem neonatal. Ações previstas para 2028: Operar plenamente a logística do PNTN; certificar os laboratórios de triagem neonatal.
- Ações previstas para 2029: Consolidar as centrais analíticas regionais para a triagem neonatal.
- Ações previstas para 2030: Finalizar as 5 etapas de ampliação de escopo do PNTN, previstas na Lei nº 14.154/2021; realizar o monitoramento contínuo e revisão do rol de doenças, conforme previsto na Portaria de reestruturação do PNTN, Art. 143, § 1º.

5. Em relação ao item 1.3, os critérios para a ampliação do escopo de doenças do PNTN serão definidos em conjunto com a Câmara de Assessoramento Técnico do PNTN (CTA-PNTN).

6. Em relação ao item 1.4, todos os estados realizam a triagem neonatal para as doenças da etapa I. Com relação as ampliações locais as doenças rastreadas encontram-se nas resoluções locais, conforme segue:

- Distrito Federal: Lei Distrital nº 4.190/2011, Lei Distrital nº 6.382/2019 e Lei Distrital nº 6.895/2021
- Mato Grosso do Sul: RESOLUÇÃO SES/MS/Nº 381, DE 22 DE MAIO DE 2025
- Minas Gerais: RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.908, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2024
- Rio de Janeiro: DELIBERAÇÃO CIB-RJ Nº 7.892 DE 24 DE AGOSTO DE 2023
- Município de São Paulo: Projeto de Lei nº 01-00703

7. Em relação ao item 2.1, a periodicidade de revisão periódica foi definida na Portaria GM/MS nº 7.293/2025.

8. Em relação ao item 2.2, conforme art. 143, §§ 1º e 4º, o escopo de doenças do PNTN será revisado a cada 4 anos, podendo ser antecipado mediante

pactuação no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

9. Em relação ao item 2.3, a primeira discussão sobre a ampliação do escopo de doenças do PNTN está prevista para acontecer na próxima reunião com a CTA-PNTN, agendada para agosto/2026. Vale reforçar que conforme a Portaria GM/MS nº 7.293/2025 a obrigatoriedade para a revisão do escopo de doenças do PNTN é a cada 4 anos, a partir da sua entrada em vigor.

10. Em relação ao item 3, o rol estabelecido na Lei nº 14.154/2021, apesar de nominar algumas doenças, de maneira geral, trata-se grupos etiológicos, que contemplam grande número de doenças, para os quais há necessidade de definição de quais se enquadram como candidatas a compor o escopo de doenças do PNTN. Conforme respondido na pergunta 2.3, serão tema de discussão da próxima reunião da CTA-PNTN.

11. Em relação ao item 4, O PNTN tem uma página específica dentro do site do Ministério da Saúde com todas as informações necessárias sobre o funcionamento geral do Programa, incluindo o acesso a todos os materiais técnicos produzidos no âmbito do PNTN. Link de acesso <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/triagem-neonatal/>. Para além, cumpre informar que as Secretarias de Estado da Saúde foram notificadas sobre a necessidade de cumprimento da Lei nº 14.154/2021.

12. Em relação ao item 5, a estratégia para dar uniformidade à execução da triagem neonatal, é a centralização laboratorial do PNTN, prevista na Portaria GM/MS nº 7.293/2025, com a conformação da Rede Nacional de Laboratórios Especializados em Triagem Neonatal.

13. Por fim, em relação ao item 6, sobre a pactuação realizada em fevereiro de 2024, segue a ata da reunião em anexo (0056734465). Ainda, é importante ressaltar que o resultado dessa pactuação é a Portaria GM/MS nº 7.293, de 26 de junho de 2025, na qual as competências interfederativas estão descritas no arts. 145 a 145-B.

NATAN MONSORES DE SÁ

Coordenador-Geral

Coordenação-Geral de Doenças Raras - CGRAR/DAET/SAES/MS

CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS

Diretora Substituta

Departamento de Atenção Especializada e Temática - DAET/SAES/MS

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES/MS



Documento assinado eletronicamente por **Natan Monsores de Sá**, **Coordenador(a)-Geral de Doenças Raras**, em 14/07/2026, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carmen Cristina Moura dos Santos, Diretor(a) do Departamento de Atenção Especializada e Temática substituto(a)**, em 15/07/2026, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0056733526** e o código CRC **C87678CD**.

Referência: Processo nº 25000.091000/2026-89

SEI nº 0056733526

Coordenação-Geral de Doenças Raras - CGRAR
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Gabinete
Coordenação Setorial de Gestão de Riscos e Integridade

DESPACHO

SAES/CORISC/SAES/GAB/SAES/MS

Brasília, 14 de julho de 2026.

ENCAMINHE-SE à Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR/MS, para conhecimento e providências, informando que estou de acordo com o conteúdo do Despacho (0056733526) e Anexo (0056734465), elaborado pelo Departamento de Atenção Especializada e Temática, desta Secretaria.

MOZART SALES
Secretário de Atenção Especializada à Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Mozart Julio Tabosa Sales**, **Secretário(a) de Atenção Especializada à Saúde**, em 14/07/2026, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0056740608** e o código CRC **859FEEF7**.

Referência: Processo nº 25000.091000/2026-89

SEI nº 0056740608



SENADO FEDERAL

Ofício nº 647/2026 (SF)

Brasília, na data da assinatura.

A Sua Excelência o Senhor
Alexandre Rocha Santos Padilha
Ministro de Estado da Saúde

Assunto: Pedido de informações.

Senhor Ministro,

Comunico a Vossa Excelência que o Presidente do Senado Federal deferiu, **ad referendum** da Mesa, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, pedido de informações da Senadora Mara Gabrilli, contido no Requerimento nº 527, de 2025.

Encaminho, em anexo, avulso da proposição.

A resposta ao requerimento deverá ser assinada física ou eletronicamente por Vossa Excelência, e remetida, por e-mail institucional do Ministério, em formato PDF, preferencialmente em arquivo único, ao seguinte endereço eletrônico: apoimesa@senado.leg.br.

Na eventualidade de as informações solicitadas não serem ostensivas, solicito que sejam fisicamente entregues na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, no Núcleo de Apoio à Mesa - NAMAP, em envelope lacrado e opaco, com cópia, fora do referido envelope, do ofício do Ministério, encaminhando as informações.

Nesse caso (informações não ostensivas), deve ser informado expressamente o sigilo legal específico que resguarda tais informações ou, se for o caso, eventual grau de classificação de sigilo (ultrassegredo, segredo ou reservado), nos termos do § 1º do art. 24 da Lei nº 12.527, de 2011.

Atenciosamente,

Senadora Daniella Ribeiro
Primeira-Secretária do Senado Federal

alucg/rqs25-527



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 527, DE 2025

Requer informações ao Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre os testes para o rastreamento de doenças em recém-nascidos, conforme previsto no Art. 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

AUTORIA: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, informações sobre os testes para o rastreamento de doenças em recém-nascidos, conforme previsto no Art. 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, informações sobre os testes para o rastreamento de doenças em recém-nascidos, conforme previsto no Art. 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nesses termos, requisita-se:

1. Qual o estágio atual da implementação das etapas previstas no § 1º do art. 10 do ECA, que escalonam a oferta de testes para o rastreamento de doenças em recém-nascidos no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal?
 - 1.1. Quais são os testes oferecidos atualmente?
 - 1.2. Qual é o cronograma oficial de implantação das etapas que ainda não foram cumpridas?
 - 1.3. Que critérios estão sendo utilizados pelo Ministério da Saúde para definir a ordem de progressão das etapas e os respectivos prazos de implementação?

- 1.4. Como está ocorrendo o processo de incorporação desses testes nas diferentes regiões do País? Existem desigualdades na oferta?
2. Ainda quanto ao Art. 10 do ECA, o seu parágrafo 2º determina a revisão periódica da lista de doenças rastreadas pelo teste do pezinho.
 - 2.1. Essa periodicidade já foi normatizada em regulamento?
 - 2.2. Em caso afirmativo, qual é o intervalo previsto?
 - 2.3. Há alguma revisão em curso, especialmente para as doenças que já contam com protocolo de tratamento aprovado e com tratamento incorporado no Sistema Único de Saúde?
3. Há previsão de ampliação do rol de doenças a serem rastreadas, além daquelas já estabelecidas pelo ECA? Em caso afirmativo, quais doenças estão sendo consideradas e em que fase se encontra a análise?
4. Que medidas de comunicação e orientação foram adotadas, tanto na atenção pré-natal quanto no puerpério imediato, para cumprir o disposto no ECA, que determina que a gestante e seus acompanhantes sejam informados sobre a importância do teste do pezinho e sobre as eventuais diferenças existentes entre as modalidades oferecidas no Sistema Único de Saúde e na rede privada?
5. Que estratégia o Ministério da Saúde adotará para ampliar e uniformizar, simultaneamente, a triagem neonatal em todas as regiões do país?
6. Na 2ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), realizada em 29 de fevereiro de 2024, qual foi o resultado da pactuação para os entes federados? Que papel coube a cada um?

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 14.154, de 26 de maio de 2021, alterou o Estatuto da Criança do Adolescente (ECA) com o objetivo de incluir em seu artigo 10, entre as obrigações dos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde das gestantes, públicos e particulares, os testes para o rastreamento de doenças no recém-nascidos e de aprimorar o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), conhecido popularmente como teste do pezinho. O propósito foi ampliar e tornar mais eficiente o rastreamento de doenças em recém-nascidos, garantindo que mais crianças tenham acesso a diagnósticos precoces e tratamentos adequados.

Entre suas principais diretrizes, a lei estabeleceu um rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho, prevendo uma ampliação escalonada em cinco etapas, com o objetivo de incluir 14 grupos de doenças. Além disso, determinou que esse rol de doenças seja revisado periodicamente, com base em evidências científicas, priorizando aquelas com maior prevalência no país, com protocolos de tratamento aprovados e disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS).

A lei entrou em vigor exatamente um ano após sua publicação, em 26 de maio de 2022, justamente para proporcionar ao Ministério da Saúde (MS) 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para planejar e organizar a sua implementação. No entanto, até hoje, quatro anos após a inclusão deste relevante avanço no ECA para a garantia de direitos das crianças brasileiras, o MS ainda não regulamentou as etapas e os procedimentos necessários para avançar e incluir mais doenças triadas no Programa de Triagem Neonatal no SUS.

Especificamente, o Poder Público ainda não atualizou o normativo que regula a triagem neonatal, permanecendo com normas de 2001, que estão bastante desatualizadas em relação às novas diretrizes da lei. Essa falta de regulamentação e implementação efetiva impede que os avanços previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente sejam concretizados, deixando milhões de crianças brasileiras

sem o benefício do diagnóstico precoce, uma medida que poderia salvar vidas ou melhorar a qualidade de vida de bebês e de suas famílias.

A Lei nº 14.154/2021 promoveu um inegável avanço na saúde neonatal e a sociedade brasileira ainda espera a concretização de seus efeitos por meio da regulamentação adequada.

Diante da necessidade urgente em garantir mais saúde e proteção às nossas crianças, o presente Requerimento visa buscar informações e transparência sobre o andamento da política pública com vistas ao acompanhamento adequado do Senado Federal e da sociedade brasileira. Nosso objetivo é acompanhar de perto a obrigação do Ministério da Saúde em promover a regulamentação da Lei e, desse modo, assegurar que o Programa de Triagem Neonatal seja efetivamente atualizado e ampliado, conforme previsto na Lei nº 14.154, de 26 de maio de 2021.

Sala das Sessões, de de .

Senadora Mara Gabrilli



PARTICIPANTES DO PLENÁRIO DA TRIPARTITE:

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Swedenberger do Nascimento Barbosa, Isabela Cardoso de Matos Pinto, Ana Estela Haddad, Felipe Proenço de Oliveira, Ethel Leonor Noia Maciel Nelson Soares Filho, Aristides Vitorino de Oliveira Neto, Marco Aurélio Pereira.

CONASS: Fábio Baccheretti Vitor, Miguel Paulo Duarte Neto, Jurandi Frutuoso, Lucilene Maria Florêncio de Queiroz, Tânia Maria Silva Coelho, Jefferson Ribeiro Rocha, Lyane Ramalho, Carlos Felinto Júnior.

CONASEMS: Hisham Mohamad Hamida, Cristiane Martins Pantaleão, Geraldo Reple Sobrinho, Marcel Jandson Menezes, Mauro Guimarães Junqueira, Soraya Galdino de Araújo Lucena, Edivaldo Farias da Silva Filho.

2ª	Reunião	Ordinária	da	CIT/2024	disponível	no	link:
https://www.youtube.com/watch?v=0Y35UfZCZPc							

1. ABERTURA DOS TRABALHOS

00:03:32 - Swedenberger Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

00:07:50 - Socorro Gross – Representante da OPAS/OMS no Brasil.

00:12:30 - Fábio Baccheretti Vitor – Presidente do Conass.

00:16:23 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

Destaques:

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo, desejou bom dia a todos e cumprimentou os presentes e os participantes que estavam acompanhando pela Internet. Falou sobre as mudanças da organização estrutural da Reunião Ordinária da CIT, que inclui a participação mais efetiva dos secretários do Ministério e da participação do Conselho Nacional de Saúde. Justificou a ausência da Ministra de Estado da Saúde que está em Roraima, junto com vários Ministros para compor uma ação governamental forte e necessária, a instalação da Casa de Governo, convocada pelo Presidente da República, propôs que todos tenham uma atenção especial com as agendas do Presidente. Disse que as ações conjuntas do Governo têm dado resultados expressivos, que muitos problemas ainda estão presentes no território e chamou a todos a participar dos eventos agendados para que juntos resolvam esses problemas. Explicou que os ministérios terão instâncias estruturadas e ponto focal local com a finalidade de executar as ações planejadas e com maior interoperabilidade em Roraima.

Socorro Gross, Representante da OPAS, cumprimentou os presentes, desejou uma boa gestão ao Felipe Proenço, Secretário de Atenção Primária a Saúde. Parabenizou a governança no SUS. Falou do aumento histórico da Dengue na região das Américas e do enfrentamento dessa doença com a coordenação do Ministério da Saúde. A OPAS está trabalhando juntamente com o SUS e outros países das Américas.



RESUMO EXECUTIVO
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE
29/02/2024.

Destacou o Centro colaborador do Ministério da Saúde, que tem sido referência para as Américas e para trabalhar os temas de emergências em saúde e que todos devem trabalhar juntos para preservar vidas.

Fábio Baccheretti Vitor, Presidente do Conass, desejou boa sorte ao Secretário Felipe Proença na atuação à frente da Secretaria de Atenção Primária. Agradeceu a presença do Ministério da Saúde junto aos estados, sendo apoiador. Agradeceu as capacitações realizadas pela OPAS. Destacou a união do Ministério da Saúde com as secretarias de saúde de estados e municípios contra a dengue, com ações de combate ao mosquito.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, cumprimentou os presentes, agradeceu o trabalho unido, deu boas vindas ao Secretário da SAPS, destacando a necessidade da APS ser ordenadora e cuidadora, melhorando tecnologias, financiamento. Pode contar com o Conasems. Destacou o Dia de Mobilização a ser realizado, com processo de educação, eliminação e ações transversais a todos. Ofertam o curso de manejo clínico com mais de 40 mil alunos participantes que tem refletivo na qualidade da assistência e manejo. Contam com toda a população e imprensa para que possam enfrentar e vencer o desafio da dengue.

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo, destacou a presença dos demais Secretários do Ministério da Saúde presentes à reunião. Saudou as bancadas do Conass e do Conasems. Falou sobre o trabalho da pesquisadora Maria Helena Machado e o trabalho desenvolvido por ela.

Fábio Baccheretti Vitor, Presidente do Conass, desejou boa sorte ao Secretário Felipe Proença na atuação à frente da Secretaria. Agradeceu a presença do Ministério da Saúde junto aos estados, sendo apoiador. Agradeceu as capacitações realizadas pela OPAS. Destacou a união de todos contra a dengue, com ações de combate ao mosquito.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, cumprimentou os presentes, agradeceu o trabalho unido, deu boas vindas ao Secretário da SAPS, destacando a necessidade da APS ser ordenadora e cuidadora, melhorando tecnologias, financiamento. Pode contar com o Conasems. Destacou o Dia de Mobilização a ser realizado, com processo de educação, eliminação e ações transversais a todos. Ofertam o curso de manejo clínico com mais de 40 mil alunos participantes que tem refletivo na qualidade da assistência e manejo. Contam com toda a população e imprensa para que possam enfrentar e vencer o desafio da dengue.

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo, destacou a presença dos demais Secretários do Ministério da Saúde presentes à reunião. Saudou as bancadas do Conass e do Conasems.

2. APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES

2.1. Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz) – Lançamento da Revista Ciência e Saúde Coletiva, volume 28, número 10, 2023 que trata das



condições de trabalho e saúde mental dos trabalhadores da saúde no contexto da COVID-19 no Brasil.

00:20:03 - Swedenberger Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

00:25:33 - Maria Helena Machado – Pesquisadora - ENSP/Fiocruz.

00:36:13 - Swedenberger Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

00:38:59 - Maria Helena Machado – Pesquisadora - ENSP/Fiocruz.

00:45:11 - Swedenberger Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

00:47:08 - Isabela Pinto – Secretária de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde.

Destaques:

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo, falou sobre o trabalho da pesquisadora Maria Helena Machado e o trabalho desenvolvido por ela, da Publicação feita sobre os trabalhadores do SUS ea Covid 19.

Maria Helena Machado, Pesquisadora da ENSP/Fiocruz, saudou a todos, em especial as mulheres presentes. Agradeceu o convite feito pelo Secretário Executivo. Falou sobre o número especial que está apresentando. Falou sobre as duas pesquisas que foram relatadas na pesquisa. Mais de 2000 municípios, em todas as regiões do país e estados. Teve apoio e financiamento de várias instituições. Destacou que o editorial foi escrito pelo Presidente Lula. O artigo de debate escrito pelo Swedenberger do Nascimento Barbosa e os debatedores – José Geraldo de Sousa Júnior, Humberto Costa e Maria de Fátima Bezerra. Falou de alguns dos 33 artigos da pesquisa, com seus respectivos autores. Foram ouvidos mais de 40 mil profissionais de saúde no país. A revista será distribuída aos presentes.

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo, destacou que as dimensões das pesquisas são extraordinárias. A situação dos trabalhadores de saúde foi alarmante. Recomendou a todos que leiam as pesquisas. Os trabalhadores fizeram uma guerra contra a Covid-19 como componentes fundamentais do poder público.

Maria Helena Machado, Pesquisadora da ENSP/Fiocruz, agradeceu a oportunidade. A pesquisa deu conta dos trabalhadores profissionais e dos trabalhadores invisíveis de saúde que foram essenciais ao SUS, destacou a grande participação dos trabalhadores e da mídia na pesquisa que aponta questões tristes. Sem os trabalhadores, o SUS estaria falido do ponto de vista da epidemia. Os trabalhares seguraram o sistema e a pandemia e seguem atuando fortemente. A força de trabalho é constituída majoritariamente por mulheres, sendo mais de 70%. Falou que o sistema possui característica de um apartheid social, no ambiente de trabalho, entre os trabalhadores invisíveis e os profissionais de saúde. As políticas devem considerar a questão de gênero, raça e etnia, que são marcantes. A maioria dos trabalhadores invisíveis são mulheres,



jovens, pretas e pardas, já a maioria dos profissionais são também jovens, mas brancos, em sua maioria. Há diferença grande, hierarquização em relação aos equipamentos de proteção individual. A força de trabalho no país está adoecida, sendo um quarto dos trabalhadores têm comorbidades antes da pandemia – hipertensão, diabetes, doenças cardíacas e respiratórias e depressão. Ainda há alarmante caso de tentativas de suicídio. A pesquisa aponta caminhos para o que fazer com esses trabalhadores, sendo que a SGTES tem como missão tratar dessas questões. Os trabalhadores precisam de cuidados, proteção, biossegurança, trabalho seguro e decente. Há muitas denúncias de condições de trabalho adversas. Colocou-se em disponibilidade para que possam fazer uma publicação para os gestores mais direcionada.

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo, disse que já aceitaram a proposta e levará ao Conselho Nacional de Saúde. Imagina o papel difícil das direções do Conass e do Conasems no processo, com esforço para viabilizar as coisas certas. Convidou para fazerem uma foto com a pesquisadora.

Isabela Pinto, Secretária de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, parabeniza a pesquisa e destacou que a pesquisadora Maria Helena colaborou com o documento orientador da Conferência de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. Destacou que o título da revista é oportuno e a necessidade de investimento nos trabalhadores do SUS. Estão implementando o Programa Valoriza e discutindo com os estados e municípios a Política de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. Agradeceu as evidências produzidas que subsidiam e justificam a importância das políticas, destacou que a Caravana do Piso da Enfermagem está percorrendo os estados para buscar esclarecer e implementar as ações previstas nessa política tripartite.

2.2. Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI) – Envio de dados de vacinação da Rede Nacional de Dados em Saúde para estados e municípios.

00:51:50 - Swedenberger Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

00:55:28 - Ana Estela Haddad - Secretária de Informação e Saúde Digital.

00:57:17 - Robson Matos – Coordenador de Padrões de Informática em Saúde.

01:09:06 - Ana Estela Haddad – Secretária de Informação e Saúde Digital.

01:10:21 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

01:11:35 - Geraldo Reple Sobrinho – Vice Presidente Conasems.

01:12:25 - Fábio Baccheretti Vitor – Presidente do Conass.

01:13:40 - Felipe Proenço de Oliveira – Secretário de Atenção Primária à Saúde.

01:14:33 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

Destaques:

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo, destacou a mudança realizada na SAPS. O convite feito ao Secretário Nésio Fernandes foi fruto do reconhecimento do trabalho realizado por ele na



RESUMO EXECUTIVO
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE
29/02/2024.

saúde pública brasileira, ele que foi Secretário Municipal de Saúde de Palmas e do estado do Espírito Santo que contribuiu no governo. Há apreço da gestão ao Secretário Nésio. A vinda de Felipe Proença não é novidade porque ele já compunha a equipe, é médico de família, implementou o Programa Mais Médicos, tem experiência na gestão e na academia. Tal fato é um ajuste interno do Ministério da Saúde que não afeta as relações interfederativas. A condução segue pela Ministra da Saúde, com direção única. Felipe contribuirá com a equipe.

Ana Estela Haddad, Secretária de Informação e Saúde Digital, chamou Robson que apresentará junto. Reiterou a importância da revista de Ciência e Saúde Coletiva apresentada anteriormente para a gestão do trabalho e da educação em saúde. Agradeceu a equipe do DATASUS, Conass e Conasems. Havia solução para os dados de vacinas, mas que não surtia muito efeito em relação aos dados de estados e municípios.

Robson Matos, Coordenador de Padrões de Informática em Saúde, cumprimentou os presentes. Falou sobre a solução para envio de dados de vacinação por estados e municípios na Rede Nacional de Dados em Saúde. Destacou o cenário atual e as ações realizadas anteriormente. A RNDS é um pilar de informações para vacinas, centralizadora das informações. Há mais de 1 bilhão de registros de saúde, de rotina e campanha. Destacou os problemas enfrentados para consumo de API e a solução proposta em trabalho conjunto apresentado no GT Informação e Saúde Digital. Há uma solução imediata, detalhando a proposta e os fluxos, e as telas do sistema e suas funcionalidades. Será criado um fluxo de suporte específico, “lives” para apresentação e esclarecimento de dúvidas. Detalhou o cronograma de entregas, prevista para o mês de março. Haverá etapa dois para alterar o fluxo das API vigentes, prevista até o mês de julho de 2024.

Ana Estela Haddad, Secretária de Informação e Saúde Digital, ressaltou o papel da Secretaria Executiva, do Conass e do Conasems para o trabalho coletivo que atenda a todos.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, parabenizou a proposta e destaca que precisa avançar para todos os outros dados. Precisam integrar o SISAB para a RNDS.

Geraldo Reple Sobrinho, Vice-Presidente do Conasems, parabeniza a iniciativa, que trouxe dados reais.

Fábio Baccheretti Vitor, Presidente do Conass, parabeniza e aponta que a mudança é estruturante, que dará a possibilidade da integralidade do cuidado. Estão fazendo as mudanças necessárias.

Felipe Proença de Oliveira, Secretário de Atenção Primária à Saúde, agradeceu a confiança da Ministra, a confiança de todos e discorreu que estão pensando na importância da integração do SISAB na RNDS, já que os usuários e as equipes precisam ter os dados.

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo, destacou um acerto da gestão em definir a SEIDIGI como Secretaria. Destacou o empenho da Ana Estela. A gestão precisa de integração, harmonia, instrumentos e uma base de dados confiáveis.



2.3. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) – Mobilização para o Dia D Contra à Dengue.

01:16:28 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

01:16:35 - Ethel Maciel – Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente.

01:31:09 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

01:31:49 - Fábio Baccheretti Vitor – Presidente do Conass.

01:34:36 - Tânia Maria Silva Coelho – Vice-Presidente do Conass.

01:36:36 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

01:39:35 - Ethel Maciel – Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente.

01:42:01 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

Destaques:

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo, introduziu a Temática de mobilização do Dia D Contra a Dengue e chamou a Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente para apresentar.

Ethel Maciel, Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, falou sobre a apresentação que foi feita nas Assembleias do Conass e do Conasems e trouxe a situação epidemiológica da dengue. Destacou casos prováveis e óbitos confirmados, bem como, a letalidade que está baixa. Metade dos casos são do estado de Minas Gerais. Estão em momento atípico, com comportamento diferente. O pico em geral ocorre em março/abril. O pico de 2024 é mais antecipado, em janeiro e fevereiro. Ainda estão analisando os dados. Destacou o número de casos graves que está maior em 2024. Apresentou o coeficiente de incidência, destacando que seis estados estão com Decreto de Emergência e o DF, assim como 158 municípios. O vírus tem se adaptado as mudanças climáticas. Frisou a necessidade e a importância de envio da amostra para os LACEN. Fizeram ações que foram pactuadas na CIT, estão se preparando desde o ano passado. Há aporte adicional de recursos aos entes que estão em emergência. Realizou chamamento para o Dia D que é uma mobilização nacional para reforçar as ações de prevenção e eliminação dos focos do mosquito em 2 de março de 2024. Apresentou sugestões de ações e orientações aos estados e aos municípios. Os agentes de combate a endemias serão os protagonistas. Recomendou à população a procura do serviço de saúde e para que as pessoas não tomem medicamentos sem ter o diagnóstico com Dengue. A campanha já está sendo veiculada na imprensa. Esclareceu que estão atentos aos painéis virais no país, com antecipação da circulação dos vírus respiratórios. Destacou que a vacina de influenza será antecipada para 25 de março. Falou do fato de que o Ministério da Saúde foi reconhecido pela OMS como centro colaborador para o treinamento de pessoal em emergência em saúde pública. A primeira turma do EPISUS foi iniciada. Passou o vídeo da campanha do Dia D contra a Dengue.



Fábio Baccheretti Vitor, Presidente do Conass, destacou a situação do estado de Minas Gerais e de outros estados que podem ter picos de incidências da Dengue, como São Paulo. A sazonalidade está chegando agora, o pico em SP será em março, com crescimento da Covid-19 e bronqueolite. Os estados estarão unidos para o movimento do Dia D contra a Dengue. Destacou que a capacitação da OPAS tem surtido efeito na atenção aos pacientes.

Tânia Maria Silva Coelho, Vice-Presidente do Conass, acrescentou que o Ceará está com casos de dengue baixo e participarão do Dia D. estão preocupados com a conduta dos pacientes. Pediu antecipação da vacina de influenza para o Nordeste, em virtude do período de chuvas

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, reforçou a importância da união e coordenação conjunta. O sábado é um marco. Agradeceu ao trabalho de todos, em especial dos agentes de endemia. Devem reforçar a importância do combate. É importante eliminar os criadores. Destacou a importância da imprensa ter comunicação em relação ao enfrentamento.

Ethel Maciel, Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, reforçou que estão com duas vacinas em processo de avaliação na ANVISA. Estão fazendo ações, pensando em regionalização da vacinação. Estão estudando para que no próximo ano tenham melhores evidências. Também foi mostrado que o Meu SUS Digital que tem o banner da campanha da Dengue. Novos conteúdos poderão ser inseridos na plataforma. Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo, pediu engajamento na campanha no Dia D Contra a Dengue. Disse que além dos agentes do poder executivo é importante envolver outros poderes e a sociedade civil. Estão fazendo reuniões permanentes no COE que funciona 24 horas. Toda a equipe do Ministério está capacitada e poderá estar presente nos eventos do Dia D Contra a Dengue no País.

3. DISCUSSÕES E PACTUAÇÕES

3.1. Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI) – Índice Nacional de Maturidade em Saúde Digital.

01:46:56 - Ana Estela Haddad – Secretária de Informação e Saúde Digital.

02:02:00 - Fábio Baccheretti Vitor – Presidente do Conass.

02:05:06 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

01:07:56 - Ana Estela Haddad – Secretária de Informação e Saúde Digital.

02:08:13 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

Destques:

Ana Estela Haddad, Secretária de Informação e Saúde Digital, apresentou o processo de preparação do Índice que retratasse escopo e amplitude da transformação digital. Explicou que esse índice não tem o objetivo de classificar os estados e os municípios e sim, que reflita o status do nível de organização do



território que seja capaz de produzir um diagnóstico para subsidiar as ações de informação e saúde digital. Também disse que o Índice é uma etapa intermediária do processo, sendo a primeira etapa é o diagnóstico da rede de atenção e a última seria os planos de ação para transformação digital. Os Índices aplicados em cada estado e município serão utilizados para a criação de uma plataforma. Detalhou o histórico de produção, o benchmarking desenvolvido com experiências nacionais e internacionais. Não é um ranking, não retrata sozinho a situação da transformação digital e não condiciona o repasse de recurso. A versão é autoaplicável, com 42 perguntas ao todo. Destacou as dimensões dos domínios em saúde. Mostrou as perguntas a serem respondidas. Destacou o fluxo de implementação e as atividades previstas. A devolutiva dos resultados será dada em relatório aos estados e municípios.

Fábio Baccheretti Vitor, Presidente do Conass, parabeniza a metodologia usada, as escolhas realizadas. O diagnóstico mostrará a heterogeneidade dos locais. É importante não começar a criar demandas que não existiam. Encaminha pela pactuação.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, parabenizou e destacou que é um marco importante para enxergarem o SUS. É um levantamento, diagnóstico, sem juízo de valor. Primeira vez que observam não apenas quem está bem e que não está mal. Encaminhou pela pactuação.

Ana Estela Haddad, Secretária de Informação e Saúde Digital, agradeceu e destacou o papel de todos. Haverá trabalho de sensibilizar os entes. O objetivo é ter o diagnóstico preciso da situação.

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo, registrou a pactuação do tema.

Encaminhamento:

Índice Nacional de Maturidade em Saúde Digital pactuado.

3.2. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) – Revisão do Programa Nacional de Triagem Neonatal.

02:08:59 - Suzana Ribeiro – Diretora do Departamento de Atenção Especializada e Temática.

02:28:29 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

02:29:21 - Fábio Baccheretti Vitor – Presidente do Conass.

02:32:42 - Suzana Ribeiro – Diretora do Departamento de Atenção Especializada e Temática.

02:33:42 - Aristides Oliveira – Diretor de Programa da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

02:34:00 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

Destaques:

Suzana Ribeiro, Diretora do Departamento de Atenção Especializada e Temática, cumprimentou os presentes e as equipes. Destacou que o dia 29 de fevereiro é o Dia Mundial das Doenças Raras e que a pactuação trazida é o primeiro passo para avançar no Programa de Triagem Neonatal, propondo a



reestruturação do programa. A SAPS e a SAES estão trabalhando conjuntamente. Destacou os objetivos, o diagnóstico da rede atual. Houve problemas no período de 2017 a 2022 com paralisações no rastreamento neonatal, implantação, valores dos procedimentos e indicadores de processo. Enfatizou que precisam avançar na implementação do programa, reconhecendo os estados que fazem as ações de maneira bem estruturadas. Detalhou a proposta, sendo que os 29 serviços existentes serão mantidos. Haverá reorganização da rede nacional de laboratórios, sendo que a proposta está em reorganização. A proposta da logística está bem desenhada. O indicador básico para a estruturação de um serviço de atenção especializada tem como referência os territórios com 100 mil nascidos vivos, o que possibilitará a escala e resposta mais rápida, prevendo casos especiais e reconhecer as experiências existentes. Objetivo é garantir o acesso e todo o apoio aos entes. Apresentou as propostas de centralização da logística por região e serviços de referência. Desenharam critérios para incentivos aos serviços de referência que garante a retaguarda. Incentivo será de 40 mil reais, com incremento de 30% na região norte. Valor total por ano é de R\$ 30.177.943,00 (incentivo e correios). Estão organizando a área de doenças raras.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, parabeniza a proposta, facilitará o acesso a coleta e a qualidade. É importante monitorar – acesso e qualidade. Encaminhou pela pactuação.

Fábio Baccheretti Vitor, Presidente do Conass, parabeniza a proposta. Falou de pontos que precisam avançar em conjunto, como a necessidade de médico geneticista no Brasil, centros de doenças raras, uso de Telessaúde, financiamento de novos procedimentos e dos valores. Encaminhou pela pactuação.

Suzana Ribeiro, Diretora do Departamento de Atenção Especializada e Temática, agradeceu a todos e informou que já estão com agenda de discussão das doenças raras que dará segurança e concretude ao programa, com diagnóstico precoce e tratamento adequado.

Aristides Oliveira, Diretor de Programa da SAES, acrescentou que as demais fases serão desenvolvidas. Justificou a ausência do Secretário Helvécio que está com Covid-19, mas acompanhando as ações.

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo, registrou a pactuação do tema.

Encaminhamento:

Programa de Triagem Neonatal pactuado.

4. INFORMES

- 4.1. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) – Programa Mais Médicos.
- 4.2. Secretaria Executiva (SE) – Situação de entrega dos Relatórios de Gestão (2018 a 2022) no Brasil.
- 4.3. Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) – A Saúde Indígena: Ações de Saúde para o Povo Yanomami.



4.4. Informe extra: Pacto nacional de retomada de obras.

02:34:55 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

02:37:20 - Henrique Chaves Faria de Carvalho – Diretor de Programa da Secretaria Executiva.

02:42:50 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

02:51:20 - Jurandi Frutuoso – Secretário Executivo do Conass.

02:52:20 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

02:53:28 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

Destaques:

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo, agradeceu a todos e falou sobre a alegria de ter na equipe da SAES o professor da UnB Natan Monsore de Sá, na Coordenação Geral de Doenças Raras. Informou o PAC Seleções e a retomada das obras paradas, sendo que das 11 mil obras paradas no Brasil, metade delas são da área da saúde. Destacou a necessidade de organizar os entes e instituições para retomar as obras. Das 5.500 obras, menos de 1000 tem manifestação de interesse.

Henrique Chaves Faria Carvalho, Diretor de Programa da Secretaria Executiva, informou que o prazo para a manifestação de interesse se encerra em 15 dias. Informou que apenas 20% das obras inacabadas houve manifestação de interesse, se desejam ou não retomar. A manifestação de interesse é simples, por meio do sistema e atualização do status de execução física da obra. Solicitou que todos sensibilizem os gestores da importância do tema. Caso não haja manifestação de interesse no prazo, o Ministério da Saúde tem o dever legal de iniciar o processo de rever os recursos que foram transferidos. Solicitou a mobilização e acionamento dos prefeitos que podem consultar o painel do Fundo Nacional de Saúde para verificar a situação.

PAC Saúde

Henrique Chaves Faria Carvalho, Diretor de Programa da Secretaria Executiva, estão em processo final de análise de propostas, que terminam em 7 de março. As obras terão início em outubro de 2024. Foram 13 mil propostas, de 4300 estados e municípios. 2500 serão selecionados, sendo 150 obras para serviços de atenção psicossocial, 400 unidades odontológicas móveis e 55 policlínicas. As propostas que não tiverem sido selecionadas, mas habilitadas poderão acontecer por meio de emenda parlamentar. Apresentou um vídeo com a fala do Diretor do Fundo Nacional de Saúde, Dárcio Guedes Junior, que tratou da pauta.

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo, disse que há uma questão conjuntural, que é as eleições dos prefeitos. A proposta do PAC Seleções é investimento, com o Ministério da Saúde colocando bilhões de reais, com recurso próprio. Explicou que há segurança em relação aos recursos, pois o Ministério



RESUMO EXECUTIVO
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE
29/02/2024.

da Saúde tem o domínio do orçamento e está aberto para conversar de modo aberto com o Conass e Conasems. As informações estão no portal do Fundo Nacional de Saúde.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, falou que esse Conselho tem feito a divulgação no portal e propôs uma “live” com o diretor no Fundo, com os apoiadores da rede Conasems-Cosems.

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo, disse que estão às vésperas de publicar os tetos das emendas parlamentares, discutindo com o Congresso. A situação ideal de orçamento não tem, mas estão atuando dentro do que possuem.

Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conass, solicitou a definição do calendário da reunião ordinária da CIT do mês de maio de 2024. Manifestou-se pela manutenção da data já pactuada - dia 23/5.

Houve consenso em manter a reunião da CIT no dia 23 de maio de 2024 pelo Conasems e pelo Ministério da Saúde.

Lançamento de Livro do Conasems

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, informou que lançaram um livro, em parceria com o PROADI e a Fiocruz. O livro versa sobre a judicialização da saúde nos municípios brasileiros.

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo, destacou a importância da publicação e cumprimentou as professoras Maria Célia e Sandra Mara.

*Os documentos, lista de presença, apresentações e resumo executivo estão disponíveis em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit>